
A Integridade da Ciência sob Pressão: Desafios Éticos e Informacionais no Campo Acadêmico

Lívia de Oliveira Lima Cavalcanti de Araujo, Universidade Federal Fluminense,
<https://orcid.org/0000-0003-1721-4817>, Brasil, liviacavalcanti@id.uff.br

Michely Jabala Mamede Vogel, Universidade Federal Fluminense, <https://orcid.org/0000-0002-0311-3161>, Brasil, michelyvogel@id.uff.br

Eixo: Ética e Deontologia (inclusão, cidadania, direitos digitais e privacidade)

1 Introdução

A integridade da pesquisa científica é analisada a partir dos impactos causados por desvios de conduta, cujas implicações extrapolam o meio acadêmico e afetam a sociedade. A investigação, em desenvolvimento desde o mestrado e aprofundada no doutorado, busca mapear os principais conceitos recorrentes na literatura especializada, incluindo abordagens emergentes como a ansiedade da informação — fenômeno descrito por Bawden e Robinson (2009) como resultado do excesso de informação e da dificuldade de filtrá-la criticamente.

Em ambientes acadêmicos, a ansiedade informacional manifesta-se de maneira intensa, uma vez que pesquisadores, docentes e discentes são constantemente expostos a um volume crescente de dados, artigos, relatórios e exigências institucionais. A busca por atualização permanente, aliada à pressão por produtividade, pode gerar sensação de sobrecarga, insegurança diante das decisões informacionais e dificuldade em estabelecer prioridades. Como consequência, o excesso de informação torna-se paralisante, afetando a capacidade de julgamento e, em muitos casos, levando à superficialidade na leitura e no uso das fontes. Essa condição, se não gerenciada, compromete não apenas a eficiência da

pesquisa, mas também sua profundidade e confiabilidade.

No contexto da Ciência da Informação, a ansiedade informacional é entendida como um entrave cognitivo e emocional que afeta a tomada de decisões, a concentração e a autonomia intelectual, podendo comprometer tanto a qualidade quanto a integridade do fazer científico.

O campo científico inserido em um ecossistema marcado por pressões por produtividade, métricas e visibilidade, se vê diante de um cenário em que muitos pesquisadores enfrentam o esgotamento e, por vezes, recorrem a atalhos antiéticos, como o plágio, o autoplágio ou a manipulação de dados. Esse contexto suscita questionamentos fundamentais: que informação está sendo produzida e como está sendo comunicada? Quais são as consequências de uma má conduta durante o desenvolvimento de uma pesquisa? E, sobretudo, de que forma os mecanismos de avaliação, revisão e publicação, muitas vezes acelerados e frágeis, podem comprometer a credibilidade do conhecimento científico?

Além disso, os sistemas de avaliação acadêmica, baseados em métricas quantitativas como o número de publicações, fator de impacto e índice H, contribuem para a

distorção da finalidade da ciência, ao premiar volume em detrimento da qualidade. Esse modelo, ainda hegemônico em diversas agências de fomento e instituições, tende a incentivar comportamentos competitivos, muitas vezes em prejuízo da colaboração, da transparência e do rigor metodológico. Publicar mais torna-se um fim em si mesmo, o que pode levar à fragmentação de pesquisas, à repetição de conteúdos e até mesmo à prática de má conduta, em nome da visibilidade ou da manutenção de financiamentos. Tal cenário reforça a urgência de revisitar os critérios de avaliação científica, considerando também aspectos éticos, sociais e epistêmicos.

Com estes breves questionamentos, este estudo tem como objetivo analisar como a Ciência da Informação trata os desvios de conduta — como plágio, autoplágio, fabricação e falsificação de dados — e como essas práticas impactam o desenvolvimento científico, em especial no âmbito da Comunicação Científica. Busca-se também compreender a relação entre o produtivismo acadêmico e o surgimento da ansiedade informacional, considerando seus efeitos na integridade do processo científico.

A justificativa para este trabalho reside na crescente preocupação com a credibilidade da produção científica, especialmente no ambiente digital, onde o acesso à informação é facilitado, mas nem sempre acompanhado por práticas éticas ou critérios de qualidade (Le Coadic, 2004; Oliveira & Silva, 2018). Nesse contexto, a circulação de informações sem a devida curadoria pode comprometer a confiabilidade da ciência e prejudicar os limites entre produção legítima e práticas questionáveis (Zanotto, 2007). Ao investigar as consequências de condutas inadequadas, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a responsabilidade dos agentes da ciência e a promoção de uma cultura de integridade (Silva & Ribeiro, 2013; Baptista & Guimarães, 2007). Estes valores são fundamentais não apenas para a reputação dos pesquisadores e das instituições, mas para a sustentabilidade

do próprio conhecimento científico e seu papel social (Tarapanoff, 2001).

A emergência de debates sobre integridade na ciência foi intensificada também por casos emblemáticos de fraudes, retratações e manipulações de dados em diversas áreas do conhecimento, alguns amplamente divulgados na mídia e nas redes sociais. Esses episódios geraram questionamentos públicos sobre os métodos científicos, o papel dos pares e a confiabilidade das instituições de pesquisa. Diante disso, torna-se cada vez mais necessário compreender a integridade não apenas como um conjunto de normas ou boas práticas, mas como um valor constitutivo da atividade científica e da própria democracia informacional. Ao contribuir com essa reflexão, o presente estudo busca fomentar estratégias de prevenção, educação e sensibilização que fortaleçam o compromisso ético na produção e circulação do conhecimento.

Após esta introdução, a Seção 2 apresenta o referencial teórico com foco nos conceitos de integridade da pesquisa e desvios de conduta. A Seção 3 descreve a metodologia empregada. Na seção 4, são apresentados os resultados alcançados até o fechamento deste texto. Por fim, a Seção 5 arrola as considerações parciais da pesquisa.

2 Referencial Teórico

2.1 Integridade da Pesquisa

A expressão “integridade da pesquisa” (research integrity) tem sido amplamente empregada para delimitar um campo específico dentro da ética profissional do cientista — entendida como o conjunto total de deveres éticos que regem suas atividades científicas. No interior dessa esfera ética, é possível distinguir dois níveis: de um lado, os deveres baseados em valores éticos universais; de outro, aqueles mais vinculados à prática científica.

Dada sua relevância, a integridade da pesquisa passou a ocupar um espaço de destaque nas

agendas científicas, políticas e educacionais de diversos países e instituições. Questões relacionadas à conduta responsável na pesquisa têm sido sistematicamente discutidas e incorporadas por organismos internacionais.

Segundo o *European Code of Conduct for Research Integrity* (ESF, 2011), a integridade em pesquisa envolve a responsabilidade e honestidade dos pesquisadores na comunicação de seus objetivos, métodos, resultados e interpretações, de maneira transparente e imparcial. Isso implica, ainda, o compromisso com princípios éticos ao lidar com seres humanos, animais, ambientes ou objetos de estudo; o respeito e o devido crédito ao trabalho de outros; e a responsabilidade com a formação ética de futuros cientistas sob sua orientação.

Nos Estados Unidos, o *Committee on Assessing Integrity in Research Environments*, ligado ao *Institute of Medicine* da *National Science Foundation* (NSF), define a integridade da pesquisa como um elemento essencial para a excelência científica e a manutenção da confiança pública. Destaca-se que essa integridade deve ser preservada tanto pelo pesquisador quanto pelas instituições às quais ele pertence. No caso do cientista, isso envolve sua honestidade intelectual, responsabilidade pessoal, caráter moral e experiência. Já as instituições devem garantir um ambiente que favoreça a conduta responsável, baseado em padrões de excelência, legalidade e confiabilidade, além de avaliar continuamente se esse ambiente atinge os níveis esperados de integridade (INSTITUTE OF MEDICINE, 2002, p. 4).

Korenman (2006) enfatiza que os princípios da integridade estão associados não apenas à conduta pessoal, mas também à experiência moral e intelectual do pesquisador, sustentados por práticas baseadas em honestidade, responsabilidade e compromisso com padrões éticos.

Por outro lado, fontes como o *Dictionary of Public Health* abordam a integridade da pesquisa a partir da noção de má conduta

científica (*scientific misconduct*), vinculando o conceito a diferentes tipos de transgressões éticas. Entre elas, destacam-se: o plágio, a falsificação ou fabricação de dados, o roubo de propriedade intelectual, conflitos de interesse não declarados, autoria fictícia e a duplicação de publicações — prática adotada com o intuito de inflar artificialmente o currículo acadêmico de um autor. Essas condutas acarretam sérias consequências, como o desperdício de recursos informacionais e a desorganização de bibliotecas e sistemas de recuperação eletrônica, que acabam sobrecarregados por conteúdos repetitivos e desnecessários (FRAUD, 2007; PESSANHA, 1998, p. 227).

Espera-se que, ao ouvir ou ler uma comunicação científica, o público possa confiar que o autor adotou métodos adequados ao seu objeto de estudo, reportando fielmente os procedimentos realizados e os resultados obtidos. No entanto, quando essas premissas são violadas — seja por negligência, seja de forma intencional — configura-se uma violação da integridade da pesquisa. Tais ações são conhecidas como desvios de conduta, os quais serão apresentados a seguir.

2.2 Desvios de Conduta

Os chamados desvios de conduta ocorrem no campo científico, definido por Bourdieu (1983) como:

“sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), [sendo] o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que

é socialmente outorgada a um agente determinado.” (Bourdieu, 1983, pp. 122-123).

Para o autor ainda, o capital científico pode ser dividido de duas formas (2004, pp. 35):

- a) Capital científico institucionalizado: poder temporal, político, institucional e institucionalizado, bem como poder sobre meios de produção e reprodução; ou
- b) Capital científico puro: relacionado ao prestígio, poder específico e o reconhecimento pelos pares.

Diante do apontado por Bourdieu, devemos pensar que as motivações para cometer desvios de conduta, não são novidade. Essas práticas não são novas, porém, os pesquisadores têm vivido sob a máxima “publicar ou perecer”, prática que vem acontecendo muito e traz uma discussão acerca da integridade das pesquisas científicas e seu consequente impacto.

De fato, é a Comunicação Científica quem move os processos de compartilhamento de pesquisas, porém, o que fazer quando esse processo sofre determinadas condutas inapropriadas?

Em 2005, Briquet de Lemos publicou um editorial intitulado “Publicar e Perecer”, em que aborda a questão que, embora não seja nova, permanece atual. Ele discute situações que muitas vezes estão além do controle do pesquisador. O termo expressa, de forma direta: ou se publica o trabalho, ou se perece — ou seja, deixa-se de receber bolsas e investimentos para a pesquisa. Essa pressão pode levar os pesquisadores a recorrerem a meios não íntegros na hora de publicar seus estudos.

Ao discutir essas práticas, não se pode deixar de refletir sobre o papel das agências de fomento e dos órgãos reguladores dos cursos de pós-graduação. Tais instituições exigem produtividade acadêmica e, talvez por esse motivo, muitos pesquisadores se preocupam em prevenir más condutas no processo de publicação, como:

“[...] casos de plágio, fraude, falsificação de dados, duplicidade e segmentação de resultados, autoria indevida, conflito de interesses, etc.” (SHINKAI, 2011, pp. 2).

Entretanto, embora em alguns casos essa regulação iniba práticas fraudulentas, o próprio mecanismo de avaliação, voltado à progressão na carreira e ao financiamento de pesquisas, pode ser um fator que induz à adoção de condutas antiéticas. Zabalza (2004) aponta que os mecanismos básicos de promoção estão frequentemente ligados à produtividade científica, utilizando como critério de mérito pessoal as atividades de pesquisa e produção acadêmica.

Para Bolaño, Kobashi e Santos (2006) “a produção científica sempre esteve, portanto, associada ao prestígio e ao reconhecimento, fenômenos responsáveis pela ascensão na carreira e ocupação de postos importantes, como ocorre até os dias de hoje” (pp. 124).

Nesse contexto, González Fuster (2016, pp. 2) destaca que a integridade na pesquisa refere-se à própria prática científica, ou seja, àquela realizada em conformidade com as normas que orientam e definem a ciência. De forma complementar, Steneck (2006, pp. 56) conceitua a integridade científica com base nos padrões profissionais, enfatizando que os pesquisadores devem adotar e seguir rigorosamente os padrões estabelecidos por organizações profissionais e instituições de pesquisa.

A ética, por sua vez, não se limita à moralidade individual, mas abrange também o código deontológico profissional, entendido como uma “ciência da conduta” (Abbagnano, 2007). É fundamental lembrar que não apenas a comunidade científica, mas toda a sociedade se beneficia quando a pesquisa é conduzida de forma ética e responsável.

Dahler-Larsen (2011) afirma que vivemos em uma Era da Avaliação. De acordo com o autor:

“Vivemos na era da avaliação. Nos últimos anos, temos testemunhado um boom na avaliação. Hoje, dificilmente se pode entrar em um hospital, candidatar-se a um emprego ou buscar informações na prefeitura sem ter que avaliar ou ser avaliado. Muitos países estabeleceram centros com pessoal em tempo integral que não fazem outra coisa senão avaliar — e estes centros devem ser avaliados por si mesmos. É como se não houvesse limite para os ciclos de feedback, como se se pudesse olhar para um espelho que se reflete em mais um espelho, como se o monstro da avaliação insaciável exigisse cada dia mais e mais alimentos.” (Dahler-Larsen, 2011, tradução nossa).

Essas reflexões são fundamentais para a preservação do status científico das pesquisas e para o desenvolvimento do conhecimento como um todo.

Durante a revisão de literatura, foram identificados os termos mais recorrentes utilizados para caracterizar os desvios de conduta científica. Enquanto alguns são considerados menos graves, outros apresentam maior gravidade e podem acarretar consequências sérias para o desenvolvimento das pesquisas. A seguir, serão apresentadas suas definições e os impactos que esses desvios provocam no processo científico.

Plágio

Talvez este seja o desvio de conduta acadêmica mais grave, pois consiste em “utilizar ideias ou formulações verbais, orais ou escritas de outra pessoa e não dar a elas o devido crédito, levando os leitores a acreditar que aquela produção é de quem assina o trabalho” (EMBRAPA, 2020). Há ainda casos em que o

plágio ocorre de maneira tão sutil que se torna quase imperceptível.

Autoplágio

Assim como o plágio, o autoplágio envolve a reutilização de ideias ou formulações já publicadas anteriormente pelo próprio autor, induzindo o leitor à falsa percepção de que se trata de uma contribuição original e inédita (EMBRAPA, 2020). Em muitos casos, os autores que cometem autoplágio sequer modificam as informações do artigo reproduzido.

Fabricação de dados

O Office of Research Integrity – ORI (s.d.) define essa conduta como a invenção ou comunicação de dados falsos. Já a EMBRAPA (2020) aponta que esse comportamento envolve o relato falso de obtenção de dados, resultados ou de realização de procedimentos. Vale destacar que, nesses casos, não apenas o autor, mas também quem comunica os dados falsificados pode ser responsabilizado.

Falsificação de dados e informações

Consiste na:

"[...] falsificação, ou apresentação de dados, procedimentos ou resultados de pesquisa de maneira relevantemente modificada, imprecisa ou incompleta, a ponto de poder interferir na avaliação do peso científico que realmente conferem às conclusões que deles se extraem." (FAPESP, 2014, p. 31)

Omissão de dados

Essa conduta diz respeito a posturas e procedimentos que dificultam a replicação de experimentos ou o prosseguimento de pesquisas por outros pesquisadores. Espera-se que os registros de uma pesquisa estejam acessíveis, após a publicação dos resultados, para que possam ser verificados, replicados ou continuados. O acesso só pode

ser restringido por razões éticas ou legais (EMBRAPA, 2020).

Atribuição incorreta de autoria

Todos os autores de um trabalho científico devem ser responsáveis pela qualidade científica do conteúdo, exceto nos casos em que sua participação tenha sido limitada a tarefas específicas. Assim, a cessão de recursos financeiros ou infraestruturais (como laboratórios, equipamentos, materiais, recursos humanos, apoio institucional etc.) não é, por si só, justificativa suficiente para constar como autor do trabalho. Devem ser indicados como autores apenas aqueles que tenham contribuído intelectualmente e de forma substancial na concepção, execução ou análise dos resultados da pesquisa. Por isso, recomenda-se que, no momento da submissão do manuscrito, a carta de encaminhamento ao editor detalhe a contribuição individual de cada autor — especialmente em trabalhos com mais de três autores (EMBRAPA, 2020).

Publicações duplicadas

A duplicação de publicação ocorre quando um manuscrito se sobrepõe a outro já publicado. Entretanto, segundo diretrizes como as do *Vancouver Group*, uma publicação secundária — na mesma língua ou traduzida para outro idioma, especialmente se publicada em outro país — pode ser justificável e até benéfica, desde que todas as condições estabelecidas sejam respeitadas (INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS, 2016).

Ciência Salame (*Salami Slicing*)

Talvez esse seja um dos tipos de má conduta que causem menos danos, quando praticado. A chamada publicação "salame" refere-se à divisão de um único estudo em dois ou mais artigos (Smolčić & Bilić-Zulle, 2013), nos quais são relatados dados do mesmo experimento, segmentados artificialmente.

Embora considerada uma forma de autoplágio, essa prática se distingue da duplicação de publicação, pois não há necessariamente repetição textual, mas sim sobreposição de hipótese, metodologia ou resultados.

Ghostwriting

O *ghostwriting* não é, necessariamente, um tipo de má conduta, mas pode ser caracterizado como plágio (Spinak, 2014) ou manipulação de autoria (Grieger, 2007). Essa prática, comum no meio editorial, ocorre quando uma obra é escrita por terceiros sem que isso seja declarado. No meio acadêmico, pode ser usada para promover determinadas pessoas ou instituições de forma indevida.

Fabricação de artigos

Esse é um ponto sensível, pois, assim como os demais, envolve sérios riscos à integridade científica. A fabricação de artigos consiste na produção de textos inteiramente fictícios e, muitas vezes, na sua publicação sem revisão adequada.

Um caso emblemático foi o do físico Alan D. Sokal, que na década de 1990 submeteu um artigo fabricado, recheado de jargões sem sentido, a uma revista acadêmica. O artigo foi aceito e publicado, revelando falhas importantes no processo de revisão por pares.

Revistas predatórias

As chamadas revistas predatórias caracterizam-se por publicar artigos sem a devida revisão por pares, cobrando taxas dos autores para tal. Essas publicações também são conhecidas como pseudo-revistas (McGlynn, 2013; Laine & Winker, 2017) ou revistas oportunistas (Greenblatt & Bertino, 2018). Elas comprometem a qualidade da produção científica e colocam em risco a credibilidade da pesquisa.

Sequestro de periódicos (*Hijacked Journals*)

Trata-se de uma prática fraudulenta na qual impostores se apropriam do nome e da identidade visual de periódicos legítimos,

criando sites falsos e oferecendo publicação de artigos mediante pagamento, sem qualquer avaliação científica criteriosa (Marques, 2021).

Os dados apresentados evidenciam a diversidade de práticas que configuram má conduta na pesquisa científica. É importante observar que determinados tipos de infração são mais frequentes em áreas específicas do conhecimento. No entanto, nenhuma área está imune a esses desvios, que colocam em risco a credibilidade da ciência e a confiança da sociedade nas instituições acadêmicas.

2.3 Produtivismo Acadêmico e Ansiedade da Informação

Na sociedade contemporânea, o conhecimento científico assumiu status de capital intelectual altamente valorizado, ocupando um papel central nas estratégias de desenvolvimento das nações. No Brasil, essa produção está concentrada, em grande parte, nas instituições públicas de ensino superior, especialmente por meio da pesquisa acadêmica. Para impulsionar essa produção, o Estado e as agências de fomento estabeleceram sistemas de avaliação que privilegiam a quantidade de publicações, instaurando uma lógica produtivista que aproxima a ciência de um modelo fabril, em que o conhecimento se transforma em mercadoria.

Tal lógica, marcada pela máxima *publish or perish* (publicar ou perecer), disseminada sobretudo nas universidades norte-americanas a partir da década de 1950 (Caplow & McGee, 1958), vem sendo incorporada no Brasil desde o final dos anos 1970. Esse modelo consolida-se como diretriz da avaliação acadêmica, impondo à pesquisa científica exigências crescentes por produtividade. De acordo com Alcadipani (2011), trata-se de uma forma de performatividade acadêmica, que reduz o fazer científico à mera produção mensurável. Para Curty (2010), essa dinâmica representa a decadência da universidade como espaço reflexivo, substituído por uma cultura da produtividade acrítica — fenômeno que pode ser compreendido à luz do conceito de

normose, isto é, a normalização de práticas institucionais nocivas ao bem-estar e à ética científica.

Nesse cenário, docentes e discentes enfrentam pressões cada vez mais intensas. Os professores acumulam funções administrativas, responsabilidades pedagógicas e exigências científicas, muitas vezes em condições precárias e sob o peso de metas de desempenho. Isso tem levado ao esgotamento físico e mental, como evidenciado nos estudos de Camargo Jr. (2014), que relaciona o produtivismo à deterioração da saúde mental dos profissionais da ciência. Já os estudantes de pós-graduação, como apontam Café, Ribeiro e Ponczek (2017), são igualmente afetados por essa lógica produtivista, sendo submetidos a avaliações que priorizam a produção científica em detrimento da formação docente — uma lógica de controle que, conforme Sguissardi (2006), assume contornos punitivos. Tais exigências intensificam o nível de estresse entre os pesquisadores, comprometendo tanto sua qualidade de vida quanto sua permanência na carreira acadêmica.

Esse quadro é agravado por um contexto social mais amplo, caracterizado por um fluxo incessante de informações impulsionado pelas tecnologias digitais. Embora facilite o acesso ao conhecimento, esse ambiente também gera sobrecarga informacional e ansiedade da informação — fenômeno que afeta diretamente os pesquisadores, sobretudo aqueles com baixa competência em informação, ou seja, que enfrentam dificuldades para localizar, selecionar, avaliar e utilizar criticamente os recursos informacionais disponíveis. Essa ansiedade é potencializada por práticas como o *doomscrolling*, caracterizado pelo consumo compulsivo de notícias negativas e conteúdos alarmistas, alimentando sentimentos de insegurança e desorientação cognitiva. Além disso, uma arquitetura da informação inadequada em ambientes acadêmicos digitais — como portais de periódicos, sistemas de busca e repositórios — pode dificultar a recuperação eficiente da

informação, agravando a sobrecarga e a sensação de perda de controle informacional.

O termo ansiedade da informação (*information anxiety*) foi cunhado por Richard Saul Wurman (1989) para descrever o desconforto provocado pela dificuldade de acessar, compreender ou utilizar informações disponíveis. Segundo o autor, a ansiedade surge da distância entre o que se entende e o que se acha que se deveria entender. Tal sensação tornou-se mais frequente e intensa nas últimas décadas, em especial com o crescimento da internet e da produção científica em massa. Como o próprio Wurman (1989) afirma:

“Ansiedade da informação é o que sentimos quando tentamos lidar com mais informação do que conseguimos processar ou entender.”

Byung-Chul Han (2010) aponta que o século XXI é marcado por doenças de ordem neuronal, como a depressão, o transtorno de personalidade limítrofe e, principalmente, a síndrome de burnout, associadas ao excesso de estímulos, competitividade e exaustão mental — características amplificadas no meio acadêmico pela lógica do produtivismo.

A justificativa para publicar é, sem dúvida, nobre: disseminar resultados científicos, fomentar o desenvolvimento social e contribuir para a qualidade de vida. No entanto, a ênfase desmedida na quantidade de publicações compromete a qualidade e, por vezes, conduz à adoção de práticas antiéticas. Entre essas, destaca-se o *salami slicing* — ou fatiamento de resultados —, que consiste em dividir uma mesma pesquisa em múltiplos artigos. Embora não envolva, necessariamente, plágio, essa prática configura má conduta científica quando adotada com o intuito de inflar artificialmente a produtividade dos autores. Segundo Smolčić (2013), o fatiamento refere-se à publicação de dois ou mais artigos derivados de uma mesma pesquisa, utilizando dados semelhantes, hipóteses e metodologias próximas. Em certos casos, porém, pode ser

justificável, como em pesquisas desenvolvidas ao longo de anos cujos resultados parciais são divulgados antes da conclusão do estudo integral.

Além do *salami slicing*, outras tensões éticas emergem no contexto do produtivismo: a ciência aberta e o acesso irrestrito aos dados versus a privacidade e a ética no uso dessas informações; a múltipla afiliação institucional e seu impacto na avaliação da produtividade de autores e instituições. Tais questões demonstram como a pressão por desempenho ultrapassa a esfera da publicação e alcança dilemas complexos que envolvem a integridade da pesquisa científica.

É necessário, portanto, distinguir o produtivismo acadêmico de produção científica. Embora frequentemente tratados como sinônimos, esses termos remetem a dinâmicas distintas. Segundo Costa et al. (2023), o produtivismo caracteriza-se por uma pressão ou estímulo voltado à produção em larga escala, muitas vezes desvinculada de critérios de qualidade (Estácio et al., 2019). Em contrapartida, a produção científica, conforme Witter (1989), está vinculada ao papel formativo e investigativo dos programas de pós-graduação, sendo um elemento fundamental na formação de professores e pesquisadores. Targino (2010) complementa ao afirmar que a produção científica é o reflexo do desenvolvimento de uma ciência e de sua comunidade, constituindo um indicador estratégico do progresso das nações.

Mais do que opor quantidade à qualidade, trata-se de refletir criticamente sobre os efeitos dessa lógica na saúde mental dos pesquisadores, na ética da produção científica e nos rumos que a universidade deve assumir como espaço de formação, pensamento crítico e responsabilidade social. Uma abordagem integrada, que considere o fortalecimento da competência em informação, a promoção do bem-estar e a construção de ambientes informacionais saudáveis, pode contribuir para um modelo mais sustentável de produção científica.

Os termos mais encontrados na literatura, relacionados a esse tema, e selecionados nesse momento são os que seguem:

Competência em Informação

Refere-se à habilidade de identificar a necessidade de informação, localizá-la com eficiência, avaliá-la de maneira crítica e utilizá-la de forma ética e eficaz. É considerada uma competência fundamental para a cidadania informacional e a autonomia dos indivíduos na sociedade contemporânea.

Kuhlthau (1991) desenvolveu um modelo de busca de informação que articula essa competência a aspectos cognitivos e afetivos da experiência informacional. Lima e Sayão (2020) ressaltam seu papel estratégico no empoderamento dos usuários, sobretudo em contextos marcados pela desinformação.

Saúde Mental

No campo da Ciência da Informação, a saúde mental é compreendida como uma condição que pode ser diretamente afetada pela qualidade, quantidade e gestão da informação. A forma como a informação é mediada, acessada e consumida pode gerar sobrecarga cognitiva e contribuir para o estresse informacional.

Lima et al. (2021) evidenciam que a sobrecarga de informações e a má organização de conteúdos digitais impactam negativamente a saúde mental, especialmente em ambientes acadêmicos e profissionais.

Normose

Conceito formulado por Pierre Weil, a normose descreve a aceitação social de normas disfuncionais como se fossem naturais. Na Ciência da Informação, o termo tem sido utilizado para analisar práticas institucionalizadas prejudiciais, como o produtivismo extremo e a banalização da sobrecarga informacional, que comprometem

tanto a saúde dos sujeitos quanto a integridade da ciência.

Apesar de ter origem na psicologia e filosofia, o conceito é incorporado criticamente pela Ciência da Informação, como demonstram Silva e Ribeiro (2023), para compreender padrões tóxicos legitimados nos ambientes informacionais.

Produtivismo

Trata-se da pressão por desempenho contínuo e elevado, sobretudo em número de publicações, dentro da academia. Essa lógica de valorização da quantidade em detrimento da qualidade modifica a dinâmica do ecossistema científico, afetando o comportamento informacional dos pesquisadores e favorecendo práticas potencialmente antiéticas.

Santos et al. (2019) apontam o produtivismo como uma das principais distorções do fazer científico, vinculando-o a desvios de conduta e à intensificação da ansiedade da informação.

Doomscrolling

Consiste na prática compulsiva de consumir conteúdos negativos ou alarmantes em ambientes digitais. No escopo da Ciência da Informação, é entendido como um comportamento informacional disfuncional, estimulado por algoritmos que priorizam notícias sensacionalistas, contribuindo para a desregulação emocional dos usuários.

Marchioro e Garcia (2022) exploram esse comportamento à luz da sobrecarga emocional e informacional observada durante contextos críticos, como a pandemia, caracterizando-o como um fenômeno emergente das infodemias digitais.

Arquitetura da Informação

Constitui o campo dedicado à organização, estruturação e apresentação da informação

em ambientes físicos e digitais, visando facilitar sua busca, recuperação e uso. Uma arquitetura bem projetada contribui significativamente para a experiência do usuário e para a mitigação da ansiedade informacional.

Wurman (1997) define arquitetura da informação como o processo que possibilita compreensão por meio da organização coerente dos dados. Duarte e Ferreira (2020) demonstram sua aplicabilidade na estruturação de repositórios científicos, destacando o impacto positivo na mediação da informação.

Estresse

Na perspectiva da Ciência da Informação, o estresse é entendido como uma resposta psicofisiológica ao excesso de estímulos informacionais. Esse quadro pode ser agravado pela dificuldade em lidar com volumes elevados, fragmentados ou contraditórios de informação.

Le Coadic (1996) relaciona o estresse ao papel da mediação informacional, destacando a importância de filtros e sistemas organizacionais capazes de reduzir a saturação cognitiva.

Ansiedade da Informação

Define-se como um estado emocional negativo desencadeado pela dificuldade de processar, compreender ou lidar com volumes excessivos ou complexos de informação. É um fenômeno cada vez mais relevante na Ciência da Informação, ligado à infodemia, ao comportamento de busca e à insuficiente competência informacional.

No contexto brasileiro, Lopes e Silva (2022) discutem os impactos desse fenômeno nas práticas acadêmicas e na formação de novos pesquisadores.

3 Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de recuperar o maior número de informações, foram

estabelecidas palavras-chave para proceder à revisão de literatura, conforme a tabela.

Tabela 1: Palavras-chave

Português	Inglês
Integridade Da Pesquisa	Research Integrity
Ética Da Pesquisa	Research Ethics
Desvios De Conduta	Misconduct

Fonte: a autora (2023)

Em seguida, foi realizado um levantamento nos artigos selecionados para identificar quais termos estavam associados a fraudes acadêmicas em pesquisas científicas. Isso permitiu a elaboração do quadro que segue.

Quadro 1 - Desvios de conduta acadêmica

Plágio
Autoplágio
Fabricação de dados
Falsificação de dados e informações, procedimentos e resultados
Omissão de dados (dificultando a replicação da pesquisa)
Atribuição incorreta de autoria
Publicações duplicadas
Ciência salame
<i>Ghostwriting</i>
Fabricação de artigos científicos
Editoras e revistas predatórias
Sequestro de periódicos

Fonte: A autora (2023)

A etapa de levantamento bibliográfico foi essencial, pois permitiu recuperar diversos autores que discutem a integridade da pesquisa, e quais os termos mais encontrados na literatura. Para esse levantamento, foram utilizadas algumas bases de dados científicas, inicialmente: BRAPCI, SciELO, BDTD e Oasisbr.

Além disso, a Revista *Pesquisa FAPESP*, que possui uma seção voltada para as boas práticas na pesquisa científica, também foi consultada, enriquecendo a discussão proposta. Foi por meio dessas fontes que a produção sobre o tema foi reunida.

Em um segundo momento, a fim de aprofundar o tema da ansiedade da informação, foi realizado um novo levantamento para ver como esse tema vem sendo tratado na literatura da área. Para esse levantamento, foi utilizada apenas a base BRAPCI, para medir a produção desse tema na Ciência da Informação Brasileira.

Tabela 2: Palavras-chave

Português	Inglês
Ansiedade da Informação	Information Anxiety

Fonte: a autora (2025)

Em seguida, procedeu-se à análise dos artigos selecionados, com o objetivo de identificar os termos associados à ansiedade da informação em pesquisas científicas na Ciência da Informação. A partir dessa etapa, foi elaborado o quadro a seguir.

Quadro 2 - Ansiedade da Informação

Competência em Informação
Saúde mental
Normose
Produtivismo
Doomscrolling
Arquitetura da Informação
Estresse digital
Ansiedade da Informação

Fonte: A autora (2025)

Esses termos foram os que mais foram recuperados quando foi feito o levantamento.

4 Resultados Parciais

Como brevemente apontado na introdução, os desvios de conduta podem ocorrer ao longo do desenvolvimento de uma pesquisa científica. Mas surge uma questão central: por que esses desvios acontecem?

Dahler-Larsen (2011) argumenta que vivemos na chamada “Era da Avaliação”. Segundo o autor, há um crescimento exponencial da prática avaliativa em diversas esferas sociais — seja ao buscar atendimento hospitalar, concorrer a um emprego ou interagir com órgãos públicos, é cada vez mais comum sermos avaliados ou avaliarmos. Essa lógica se institucionalizou a tal ponto que surgiram centros especializados em avaliação, que, por sua vez, também são avaliados. Trata-se de um ciclo aparentemente interminável de retroalimentação, comparável a um espelho que reflete outro espelho, revelando um sistema insaciável de aferição e controle.

Nesse contexto, a pesquisa científica também passa a operar sob intensa pressão por resultados e desempenho. A busca por reconhecimento, financiamentos e prestígio impulsiona práticas produtivistas que, por vezes, resultam em desvios éticos. O Escritório de Integridade da Pesquisa (ORI), dos Estados Unidos, define má conduta científica como “fabricação, falsificação ou plágio ao propor, conduzir ou revisar pesquisas, ou ao relatar seus resultados” (ORI, s.d.). Tais práticas comprometem não apenas os indivíduos envolvidos, mas todo o ecossistema científico, pois afetam a confiança nos processos e resultados de pesquisa.

É importante ressaltar que a responsabilidade pela integridade da ciência não recai apenas sobre os autores, mas também sobre revisores e editores. Quando falhas ocorrem em qualquer uma dessas etapas, o sistema científico como um todo é colocado em risco. Os dados analisados nesta pesquisa indicam

que, embora existam fatores individuais relacionados às fraudes, há também um forte componente estrutural que contribui para os desvios de conduta.

Rosa (2008, p. 109) observa que, ao adotar modelos avaliativos baseados em desempenho, como o *Balanced Scorecard* (BSC), a CAPES reforça uma lógica de quantificação que privilegia a maximização de resultados. Esse modelo influencia diretamente na distribuição de recursos e torna-se, como afirma Duhram (2002), uma “vitrine do ensino superior brasileiro”.

A valorização da produtividade e do prestígio acadêmico não é recente. Bolaño, Kobashi e Santos (2006, p. 124) destacam que a produção científica sempre esteve associada ao reconhecimento e à ascensão na carreira. Tal fenômeno se articula com o chamado “Efeito Mateus”, descrito por Robert Merton (1968), numa alusão ao Evangelho: “pois a quem tem, mais será dado, e terá em grande quantidade. Mas a quem não tem, até o que tem lhe será tirado” (Mateus 13,12). Essa lógica reforça desigualdades e concentra ainda mais recursos e prestígio nas mãos de poucos.

Diante desse cenário, Larigot (2019) chama atenção para a necessidade de consciência crítica por parte dos pesquisadores quanto às consequências sociais e ambientais de seu trabalho. A autora também problematiza a responsabilidade das instituições acadêmicas diante das más condutas cometidas por seus membros. Afinal, quando uma pesquisa é publicada, pressupõe-se que ela tenha passado por um processo de avaliação por pares — e eventuais falhas nesse percurso não podem ser atribuídas apenas ao autor, mas são o resultado de uma estrutura que, muitas vezes, falha em prevenir, detectar ou corrigir essas condutas.

5 Considerações Parciais ou Finais

Esta pesquisa teve como objetivo central investigar como a Ciência da Informação aborda os desvios de conduta na comunicação

científica e de que forma tais práticas impactam o desenvolvimento da ciência. A partir da revisão de literatura, da análise de artigos e do mapeamento da produção na área, foi possível alcançar os objetivos propostos e, ao mesmo tempo, evidenciar lacunas importantes que ainda precisam ser enfrentadas com mais ênfase pela comunidade científica.

Conforme indicam os dados levantados, as fraudes acadêmicas — como o plágio, a fabricação e a falsificação de dados — seguem sendo uma ameaça concreta à credibilidade da ciência. No entanto, o campo da Ciência da Informação ainda discute o tema de maneira incipiente, como destaca Guimarães (2008), o que revela a urgência de fomentar esse debate tanto nos espaços de formação quanto nas práticas editoriais e institucionais. Embora o termo “plágio” concentre o maior número de produções acadêmicas no levantamento realizado, é necessário ampliar a compreensão do que constitui má conduta científica, reconhecendo que ela pode ocorrer em diferentes níveis e etapas do processo de pesquisa.

O impacto dessas fraudes transcende o ambiente acadêmico. Como demonstrado por Abadal (2022), em palestra proferida no encerramento do XXII Enancib (Encontro Nacional Brasileiro de Ciência da Informação, 2022) os principais motivadores da má conduta estão relacionados à lógica produtivista que rege a carreira científica: a pressão por publicações, o desejo por reconhecimento e o conflito entre ciência e interesses econômicos. Essa constatação dialoga com as reflexões de Dahler-Larsen (2011), ao evidenciar que vivemos imersos em uma “Era da Avaliação”, na qual a lógica de desempenho e quantificação se impõe como parâmetro dominante para aferir valor, competência e legitimidade. Nesse cenário, não é difícil compreender por que alguns pesquisadores, submetidos a condições de trabalho precárias e exigências desmedidas, acabam por adotar condutas antiéticas.

Entretanto, é preciso reconhecer que as fraudes não se explicam apenas por motivações individuais ou falhas de caráter. Há um componente estrutural importante, que envolve agências de fomento, instituições acadêmicas, periódicos científicos e políticas de avaliação que reforçam a competitividade e o produtivismo. Como aponta Rosa (2008), quando modelos gerenciais como o *Balanced Scorecard* são incorporados à avaliação da pós-graduação, instala-se uma lógica de desempenho que transforma a ciência em vitrine — e o pesquisador, em vendedor de resultados.

Nesse sentido, mais do que responsabilizar exclusivamente o autor por uma má conduta, é fundamental discutir o papel das estruturas institucionais que permitem, silenciam ou mesmo estimulam tais práticas. A responsabilização ética deve ser acompanhada de educação científica — não apenas pela criação de novos manuais de boas práticas, mas, principalmente, pela ampla divulgação dos recursos já existentes, como os promovidos pela seção Boas Práticas da Revista Pesquisa Fapesp.

Outro ponto de atenção diz respeito à necessidade de formar pesquisadores desde a graduação, promovendo uma cultura científica orientada por princípios éticos. É necessário superar práticas que vem desde os anos escolares como o “copiar e colar”, ainda bastante presentes entre os estudantes ingressantes, e ensinar sobre o processo de construção do conhecimento científico de maneira crítica, reflexiva e responsável.

Adicionalmente, o estudo indicou a importância de considerar temas emergentes como a inteligência artificial, que embora não tenha sido objeto central da análise, já se impõe como um desafio urgente no debate sobre integridade científica. Em um cenário marcado pela velocidade da informação e pela facilidade de criação e disseminação de conteúdos por meio de tecnologias automatizadas, torna-se imperativo refletir sobre os limites éticos do uso dessas ferramentas, bem como sobre a necessidade

de educar os pesquisadores para que as utilizem com discernimento e responsabilidade.

Por fim, a pesquisa demonstrou que o combate às fraudes acadêmicas exige uma abordagem interdisciplinar e colaborativa. A construção de uma ciência mais íntegra, confiável e socialmente comprometida passa pelo reconhecimento da complexidade envolvida nas práticas de pesquisa e pela disposição contínua para refletir, revisar e transformar. Como profissionais da informação, cabe-nos o papel de zelar não apenas pela organização e disseminação do conhecimento, mas também por sua legitimidade, relevância e responsabilidade social.

Ainda que este trabalho tenha alcançado os objetivos propostos, ele não representa um ponto de chegada, mas sim de partida. Novos desafios estão postos, e a transformação do cenário atual exige vigilância crítica, engajamento ético e compromisso coletivo com o futuro da ciência.

Referências

- Abbagnano, N. (2007). *Dicionário de filosofia* (5. ed.). Martins Fontes.
- Alcadipani, R. (2011). Resistir ao produtivismo: Uma ode à perturbação acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(4), 1174–1178. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000400018>
- Baptista, A. A., & Guimarães, J. A. C. (2007). A comunicação científica e a integridade na pesquisa: reflexões para uma Ciência da Informação ética e responsável. *Ciência da Informação*, 36(2), 60–68. <https://doi.org/10.18225/CIINF.V36I2.396>
- Bawden, D., & Robinson, L. (2009). The dark side of information: Overload, anxiety and other paradoxes and pathologies. *Journal of Information Science*, 35(2), 180–191. <https://doi.org/10.1177/0165551508095781>
- Bolaño, C. R. S., Kobashi, N., & Santos, R. N. M. dos. (2006). A lógica econômica da edição científica certificada. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 11(esp).

- 1), 119–131. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p119>
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *A sociologia de Pierre Bourdieu* (pp. 122–123). Ática.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. Editora UNESP.
- Café, A. L. da P., Ribeiro, N. M., & Ponczek, R. L. (2017). A fabricação dos corpos dóceis na pós-graduação brasileira: Em cena o produtivismo acadêmico. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 22(49), 75–88. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n49p75>
- Café, L. P., Ribeiro, C. G., & Ponczek, V. (2017). A pós-graduação em tempos de produtivismo acadêmico: O impacto na formação docente. *Educação & Sociedade*, 38(140), 657–672. <https://doi.org/10.1590/es0101-73302017178977>
- Camargo Jr, K. R. de. (2014). Publicar ou perecer, ou perecer por publicar (em excesso)? *SciELO em Perspectiva*. <https://blog.scielo.org/blog/2014/02/05/publicar-ou-perecer-ou-perecer-por-publicar-em-excesso/>
- Caplow, T., & McGee, R. J. (1958). *The academic marketplace*. Basic Books.
- Costa, L. F., & Barbosa Filho, E. T. (2023). Produtivismo acadêmico e seus impactos: Com a palavra, os doutorandos da área da Ciência da Informação no Brasil. In *Anais do XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação* (pp. 1–10). ANCIB.
- Curty, R. G. (2010). *Produção intelectual no ambiente acadêmico*. Renata Curty.
- Dahler-Larsen, P. (2011). *The evaluation society*. Stanford Business Books.
- Duarte, A., & Ferreira, S. M. S. P. (2020). *Arquitetura da informação em repositórios digitais de acesso aberto: Contribuições para a recuperação da informação científica*. *Informação & Informação*, 25(3), 259–279. <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n3p259>
- Durham, E. (2002). A universidade pública sob nova ótica. *São Paulo em Perspectiva*, 16(2), 3–9.
- Estácio, L. S. S., Andrade, W. G. F., Kern, V. M., & Cunha, C. J. C. A. (2019). O produtivismo acadêmico na vida dos discentes de pós-graduação. *Em Questão*, 25(1), 133–158. <https://doi.org/10.19132/1808-5245251.133-158>
- European Science Foundation. (2011). *European Code of Conduct for Research Integrity*. Strasbourg: ESF – European Science Foundation & ALLEA. Recuperado de <https://allea.org/code-of-conduct/>
- Last, J. M. (Ed.). (2007). **Fraud**. In *A dictionary of public health*. Oxford: Oxford University Press. Recuperado de <http://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780195160901.001.0001/acref-9780195160901-e-1621>
- González Fuster, G., & Gutwieth, S. (2016). *Promoting integrity as an integral dimension of excellence in research: D II.4 Legal analysis*. PRINTEGER. <http://printeger.eu/wp-content/uploads/2017/02/D2.4.pdf>
- Han, B.-C. (2010). *Sociedade do cansaço* (1ª ed.). Vozes.
- Institute of Medicine. (2002). *Integrity in scientific research: Creating an environment that promotes responsible conduct*. Washington, DC: National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/10430>
- Korenman, S. G. (2006). *Teaching the responsible conduct of research through a case study approach: A handbook for instructors*. Washington, DC: Office of Research Integrity. Recuperado de <https://ori.hhs.gov/>
- Kuhlthau, C. C. (1991). *Inside the search process: Information seeking from the user's perspective*. *Journal of the American Society for Information Science*, 42(5), 361–371. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199106\)42:5](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5)
- Larigot, L. (2019). Intégrité scientifique et recherche: Vers un (ré)apprentissage pour prévenir les inconduites scientifiques involontaires? *Med Sci*, 35, 693–696. <https://doi.org/10.1051/medsci/2019095>
- Le Coadic, Y. F. (1996). *A ciência da informação* (L. G. Bellodi, Trad.). Brique de Lemos.

- Le Coadic, Y. F. (2004). *A Ciência da Informação*. Brasília: Briquet de Lemos.
- Lemos, A. A. B. (2005). Publicar e perecer. *Ciência da Informação*, 34(2).
- Lima, G. C., & Sayão, D. (2020). *Competência em informação em tempos de desinformação: Uma abordagem crítica*. *Informação & Sociedade*, 30(2), 1–12. <https://doi.org/10.22409/infSoc.v30i2.1478>
- Lima, G. C., Santos, R. F., & Bezerra, M. P. (2021). *Sobrecarga informacional e saúde mental: Conexões possíveis à luz da Ciência da Informação*. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 26(3), 146–165. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3896>
- Lopes, R. F., & Silva, L. S. (2022). *Ansiedade da informação na pós-graduação: Uma análise à luz da competência informacional*. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, 15(2), 34–51. <https://doi.org/10.26512/rici.v15i2.42192>
- Marchioro, M. M., & Garcia, F. J. (2022). *Doomscrolling e infodemia: Quando a informação adoece*. *Revista Comunicação & Informação*, 25(2), 120–136. <https://doi.org/10.5216/ci.v25i2.72332>
- Merton, R. K. (1968). The Matthew effect in science: The reward and communication systems of science are considered. *Science*, 159(3810), 56–63. <https://doi.org/10.1126/science.159.3810.56>
- Office of Research Integrity. (n.d.). *Definition of research misconduct*. U.S. Department of Health and Human Services. <https://ori.hhs.gov/definition-research-misconduct>
- Oliveira, E. F. T., & Silva, M. A. (2018). Ética na ciência e o papel da informação: reflexões à luz da Ciência da Informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 23(4), 170–186. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/3329>
- Pessanha, E. A. M. (1998). Integridade e ética na ciência. In E. A. M. Pessanha & M. P. Carvalho (Orgs.), *Ciência, ética e poder* (pp. 219–230). Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Porta, M. (Ed.). (2007). *Dictionary of public health*. New York: Oxford University Press.
- Rosa, A. R. (2008). “Nós e os índices” – Um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 48(4), 108–114. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902008000400009>
- Santos, G. S., Targino, M. G., & Ferreira, S. M. S. P. (2019). *O produtivismo acadêmico e suas implicações éticas: Uma análise sob a ótica da Ciência da Informação*. *Informação & Sociedade*, 29(3), 39–52. <https://doi.org/10.22409/infSoc.v29i3.1284>
- Sguissardi, V. (2006). A avaliação defensiva no modelo CAPES de avaliação: É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado? *Perspectiva*, 24(1), 49–88.
- Shinkai, R. (2011). Integridade na pesquisa e ética na publicação. *Scientia Medica*, 21(1), 2–3. [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/13791/2/Integridade na pesquisa e etica na publicacao Editorial convidado.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/13791/2/Integridade%20na%20pesquisa%20e%20etica%20na%20publicacao%20Editorial%20convidado.pdf)
- Silva, T. A. P., & Ribeiro, L. C. (2023). *Normose informacional: Reflexões sobre práticas institucionalizadas e seus impactos na integridade científica*. *Cadernos de Ciência da Informação*, 18(1), 75–90. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v18i1.3895>
- Silva, C. M. da, & Ribeiro, L. C. de Q. (2013). Integridade na pesquisa científica: aspectos éticos e epistemológicos. *Liinc em Revista*, 9(1), 33–43. <https://doi.org/10.18617/liinc.v9i1.563>
- Smolčić, V. Š., & Bilić-Zulle, L. (2013). How do we handle self-plagiarism in submitted manuscripts? *Biochemia Medica*, 23(2), 150–153. <https://doi.org/10.11613/BM.2013.019>
- Steneck, N. H. (2006). Fostering integrity in research: Definitions, current knowledge, and future directions. *Science and Engineering Ethics*, 12, 53–74. <https://link.springer.com/article/10.1007/PL00022268>
- Tarapanoff, K. (Org.). (2001). *Inteligência organizacional e competitiva: uma abordagem da Ciência da Informação*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Targino, M. G. (2010). Produção intelectual, produção científica e produção acadêmica: Facetas de uma moeda. In R. G. Curty (Org.), *Produção intelectual no ambiente acadêmico* (pp. 21–40). UEL/CIN.

Witter, G. P. (1989). Pós-graduação e produção científica: A questão de autoria. *Transinformação*, 1(1), 29–37.

Wurman, R. S. (1997). *Information anxiety 2*. Que Publishing.

Zabalza, M. A. (2004). *O ensino universitário: Seu cenário e seus protagonistas* (239 p.). Artmed.

Zanotto, D. C. (2007). Ética na comunicação científica: condutas e práticas de publicação. *Ciência da Informação*, 36(2), 79–87.
<https://doi.org/10.18225/ci.inf.v36i2.377>